Debate ideológico paralisa projetos

O projeto de modernização dos portos é um exemplo de materia que hiberna no Congresso por contrariar interesses. Nas duas vezes em que foi apresentado pelo governo, o projeto despertou o furor dos *lobbies*. Na primeira vez, em 1990, contrariava o corporativismo dos armadores e dos trabalhadores portuários. Voltou para o Executivo, foi reformulado e remetido de novo. Passou por cinco comissões e encalhou num emaranhado de pareceres e emendas. A situação do projeto ficou tão complicada que na semana passada o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, resolveu entregálo a uma comissão especial.

lo a uma comissão especial.

O projeto de reconhecimento de marcas e patentes enfrenta uma barreira ideológica. Foi enviado pelo governo ao Congresso há mais de um ano, em regime de urgência. Causou euforia no governo americano durante a visita do presidente Fernando Collor aos Estados Unidos, em 1990. Depois perdeu a urgência e emperrou nas comissões da Câmara, sob fogo cruzado das opiniões pró e contra o pagamento de grandes cifras em royalties por patentes. Atualmente, está numa comissão especial de deputados, cujos integrantes estão em viagem pelos Estados Unidos e Europa, vendo de mosto as lais sobra o assunto.

perto as leis sobre o assunto. Colcha de retalhos reforma fiscal é uma colcha de retalhos. Um projeto de lei e outro de emenda constitucional enviados pelo governo no ano passado tramitam junto com outras propostas de parlamentares. O líder Humberto Souto diz que, para acabar com essa confusão, o coordenador do grupo de trabalho do governo, Ary Oswaldo de Mattos Filho, irá à Câmara levar as sugestões do Executivo para serem consolidadas em uma emenda constitucional e um projeto de lei.

blicos é outro campo de batalha.

Um projeto do senador Fernando
Henrique Cardoso (PSDB-SP)
tem total apoio do governo, mas
limita-se à exploração dos serviços
de rádio e televisão. O tema esbarra em discussões ideológicas sobre
o papel do Estado e tem chance
mínima de ser votado este ano.

A privatização dos serviços pú-